

Sumário

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015

LIVRO I – DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

TÍTULO ÚNICO – DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

CAPÍTULO I – DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

CAPÍTULO II – DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

LIVRO II – DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

TÍTULO I – DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO

TÍTULO II – DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I – DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

CAPÍTULO II – DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Seção I – Disposições Gerais

Seção II – Do Auxílio Direto

Seção III – Da Carta Rogatória

Seção IV – Disposições Comuns às Seções Anteriores

TÍTULO III – DA COMPETÊNCIA INTERNA

CAPÍTULO I – DA COMPETÊNCIA

Seção I – Disposições Gerais

Seção II – Da Modificação da Competência

Seção III – Da Incompetência

CAPÍTULO II – DA COOPERAÇÃO NACIONAL

LIVRO III – DOS SUJEITOS DO PROCESSO

TÍTULO I – DAS PARTES E DOS PROCURADORES

CAPÍTULO I – DA CAPACIDADE PROCESSUAL

CAPÍTULO II – DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

Seção I – Dos Deveres

Seção II – Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual

Seção III – Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas

Seção IV – Da Gratuidade da Justiça

CAPÍTULO III – DOS PROCURADORES

CAPÍTULO IV – DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES

TÍTULO II – DO LITISCONSÓRCIO

TÍTULO III – DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

CAPÍTULO I – DA ASSISTÊNCIA

Seção I – Disposições Comuns

Seção II – Da Assistência Simples

Seção III – Da Assistência Litisconsorcial

CAPÍTULO II – DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

CAPÍTULO III – DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

CAPÍTULO IV – DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

CAPÍTULO V – DO *AMICUS CURIAE*

TÍTULO IV – DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

CAPÍTULO I – DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ

CAPÍTULO II – DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

CAPÍTULO III – DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Seção I – Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça

Seção II – Do Perito

Seção III – Do Depositário e do Administrador

Seção IV – Do Intérprete e do Tradutor

Seção V – Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais

TÍTULO V – DO MINISTÉRIO PÚBLICO

TÍTULO VI – DA ADVOCACIA PÚBLICA

TÍTULO VII – DA DEFENSORIA PÚBLICA

LIVRO IV – DOS ATOS PROCESSUAIS

TÍTULO I – DA FORMA, DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO I – DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I – Dos Atos em Geral

Seção II – Da Prática Eletrônica de Atos Processuais

Seção III – Dos Atos das Partes

Seção IV – Dos Pronunciamentos do Juiz

Seção V – Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria

CAPÍTULO II – DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I – Do Tempo

Seção II – Do Lugar

CAPÍTULO III – DOS PRAZOS

Seção I – Disposições Gerais

Seção II – Da Verificação dos Prazos e das Penalidades

TÍTULO II – DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO II – DA CITAÇÃO

CAPÍTULO III – DAS CARTAS

CAPÍTULO IV – DAS INTIMAÇÕES

TÍTULO III – DAS NULIDADES

TÍTULO IV – DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO

TÍTULO V – DO VALOR DA CAUSA

LIVRO V – DA TUTELA PROVISÓRIA

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

TÍTULO II – DA TUTELA DE URGÊNCIA

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO II – DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

CAPÍTULO III – DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

TÍTULO III – DA TUTELA DA EVIDÊNCIA

LIVRO VI – DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

TÍTULO I – DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

TÍTULO II – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

TÍTULO III – DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

LIVRO I – DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

TÍTULO I – DO PROCEDIMENTO COMUM

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO II – DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I – Dos Requisitos da Petição Inicial

Seção II – Do Pedido

Seção III – Do Indeferimento da Petição Inicial

CAPÍTULO III – DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

CAPÍTULO IV – DA CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA

CAPÍTULO V – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO

CAPÍTULO VI – DA CONTESTAÇÃO

CAPÍTULO VII – DA RECONVENÇÃO

CAPÍTULO VIII – DA REVELIA

CAPÍTULO IX – DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO

Seção I – Da Não Incidência dos Efeitos da Revelia

Seção II – Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor

Seção III – Das Alegações do Réu

CAPÍTULO X – DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

Seção I – Da Extinção do Processo

Seção II – Do Julgamento Antecipado do Mérito

Seção III – Do Julgamento Antecipado Parcial do Mérito

Seção IV – Do Saneamento e da Organização do Processo

CAPÍTULO XI – DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

CAPÍTULO XII – DAS PROVAS

Seção I – Disposições Gerais

Seção II – Da Produção Antecipada da Prova

Seção III – Da Ata Notarial

Seção IV – Do Depoimento Pessoal

Seção V – Da Confissão

Seção VI – Da Exibição de Documento ou Coisa

Seção VII – Da Prova Documental

Subseção I – Da Força Probante dos Documentos

Subseção II – Da Arguição de Falsidade

Subseção III – Da Produção da Prova Documental

Seção VIII – Dos Documentos Eletrônicos

Seção IX – Da Prova Testemunhal

Subseção I – Da Admissibilidade e do Valor da Prova Testemunhal

Subseção II – Da Produção da Prova Testemunhal

Seção X – Da Prova Pericial

Seção XI – Da Inspeção Judicial

CAPÍTULO XIII – DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

Seção I – Disposições Gerais

Seção II – Dos Elementos e dos Efeitos da Sentença

Seção III – Da Remessa Necessária

Seção IV – Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa

Seção V – Da Coisa Julgada

CAPÍTULO XIV – DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

TÍTULO II – DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO II – DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

CAPÍTULO III – DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

CAPÍTULO IV – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS

CAPÍTULO V – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA

CAPÍTULO VI – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

Seção I – Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer

Seção II – Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa

TÍTULO III – DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I – DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

CAPÍTULO II – DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

CAPÍTULO III – DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

Seção I – Disposições Gerais

Seção II – Da Manutenção e da Reintegração de Posse

Seção III – Do Interdito Proibitório

CAPÍTULO IV – DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

Seção I – Disposições Gerais

Seção II – Da Demarcação

Seção III – Da Divisão

CAPÍTULO V – DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

CAPÍTULO VI – DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

Seção I – Disposições Gerais

Seção II – Da Legitimidade para Requerer o Inventário

Seção III – Do Inventariante e das Primeiras Declarações

Seção IV – Das Citações e das Impugnações

Seção V – Da Avaliação e do Cálculo do Imposto

Seção VI – Das Colações

Seção VII – Do Pagamento das Dívidas

Seção VIII – Da Partilha

Seção IX – Do Arrolamento

Seção X – Disposições Comuns a Todas as Seções

CAPÍTULO VII – DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

CAPÍTULO VIII – DA OPOSIÇÃO

CAPÍTULO IX – DA HABILITAÇÃO

CAPÍTULO X – DAS AÇÕES DE FAMÍLIA

CAPÍTULO XI – DA AÇÃO MONITÓRIA

CAPÍTULO XII – DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

CAPÍTULO XIII – DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

CAPÍTULO XIV – DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

CAPÍTULO XV – DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

Seção I – Disposições Gerais

Seção II – Da Notificação e da Interpelação

Seção III – Da Alienação Judicial

Seção IV – Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio

Seção V – Dos Testamentos e dos Codicilos

Seção VI – Da Herança Jacente

Seção VII – Dos Bens dos Ausentes

Seção VIII – Das Coisas Vagas

Seção IX – Da Interdição

Seção X – Disposições Comuns à Tutela e à Curatela

Seção XI – Da Organização e da Fiscalização das Fundações

Seção XII – Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo

LIVRO II – DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

TÍTULO I – DA EXECUÇÃO EM GERAL

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO II – DAS PARTES

CAPÍTULO III – DA COMPETÊNCIA

CAPÍTULO IV – DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

Seção I – Do Título Executivo

Seção II – Da Exigibilidade da Obrigação

CAPÍTULO V – DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

TÍTULO II – DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO II – DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

Seção I – Da Entrega de Coisa Certa

Seção II – Da Entrega de Coisa Incerta

CAPÍTULO III – DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER

Seção I – Disposições Comuns

Seção II – Da Obrigação de Fazer

Seção III – Da Obrigação de Não Fazer

CAPÍTULO IV – DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

Seção I – Disposições Gerais

Seção II – Da Citação do Devedor e do Arresto

Seção III – Da Penhora, do Depósito e da Avaliação

Subseção I – Do Objeto da Penhora

Subseção II – Da Documentação da Penhora, de seu Registro e do Depósito

Subseção III – Do Lugar de Realização da Penhora

Subseção IV – Das Modificações da Penhora

Subseção V – Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira

Subseção VI – Da Penhora de Créditos

Subseção VII – Da Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas

Subseção VIII – Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes

Subseção IX – Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa

Subseção X – Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel

Subseção XI – Da Avaliação

Seção IV – Da Expropriação de Bens

Subseção I – Da Adjudicação

Subseção II – Da Alienação

Seção V – Da Satisfação do Crédito

CAPÍTULO V – DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

CAPÍTULO VI – DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

TÍTULO III – DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO

TÍTULO IV – DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO I – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO II – DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

LIVRO III – DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

TÍTULO I – DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO II – DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL

CAPÍTULO III – DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

CAPÍTULO IV – DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

CAPÍTULO V – DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA

CAPÍTULO VI – DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO *EXEQUATUR* À CARTA ROGATÓRIA

CAPÍTULO VII – DA AÇÃO RESCISÓRIA

CAPÍTULO VIII – DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

CAPÍTULO IX – DA RECLAMAÇÃO

TÍTULO II – DOS RECURSOS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO II – DA APELAÇÃO

CAPÍTULO III – DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

CAPÍTULO IV – DO AGRAVO INTERNO

CAPÍTULO V – DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

CAPÍTULO VI – DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Seção I – Do Recurso Ordinário

Seção II – Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial

Subseção I – Disposições Gerais

Subseção II – Do Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos

Seção III – Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário

Seção IV – Dos Embargos de Divergência

LIVRO COMPLEMENTAR – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
BIBLIOGRAFIA